

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA Nº 312/2025-SAAE				
SERVIDOR COM INCENTIVO DE TITULAÇÃO DEFERIDO				
MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	GRAU DE ESCOLARIDADE	%	MÊS DO REQUERIMENTO
49276	ANTONIO CARLOS DE SÁ BRANDÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	10	DEZEMBRO

## OUTRAS PUBLICAÇÕES

### CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SOBRAL

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SOBRAL – CMDCA, REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2025.** Aos vinte e sete de novembro de 2025, às 14h00, foi realizada a reunião ordinária de forma presencial, no Auditório do Sindicato dos Servidores Públicos Municipal de Sobral, localizado na Rua. Cel. José Silvestre, 586-Centro. Sobral. PAUTAS: Informes; Atuação do Conselho Tutelar; Construção de agenda de ações para 2026. A reunião foi iniciada pela vice-presidente, Ruthe Éllen da Silva Sousa Firmino, que deu as boas-vindas a todos os presentes, agradecendo a disponibilidade e o comprometimento de cada conselheiro. Na oportunidade, a vice-presidente também justificou a ausência da presidente, explicando que, por motivos previamente informados, ela não poderia estar presente. Logo após, a vice-presidente informou que a presidente havia solicitado que o pleno analisasse outra pauta, referente à organização das comissões, com ênfase na Comissão de Cadastro e Documentos, ressaltando a necessidade de estruturar também uma agenda de visitas para subsidiar os trabalhos dessa comissão. Em seguida, questionou se algum conselheiro tinha informe a apresentar. A conselheira Ana Aglapy Gomes de Araujo comunicou que ocorreriam mudanças na representação de sua Secretaria, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico, (STDE), informando inclusive que deixaria o Conselho. Ressaltou que a expectativa é de que o novo representante seja alguém engajado e comprometido com a causa. O próximo informe foi apresentado pela vice-presidente, que relatou sua participação, no período da manhã, em uma reunião com uma professora da Universidade Federal do Ceará (UFC), responsável por uma pesquisa que trata dos atendimentos e fluxos relacionados a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em Sobral. Explicou que o objetivo final da pesquisa é a construção de um instrumental, fluxos e outros materiais de apoio. Destacou que, para o avanço da pesquisa, será necessário realizar entrevistas com o Conselho Tutelar, e que possivelmente o Conselho também será demandado, considerando que a temática envolve todo o Sistema de Garantia de Direitos. Não havendo mais informes, passaram-se às pautas. A vice-presidente esclareceu que o ponto referente à atuação do Conselho Tutelar não seria debatido naquele momento, tendo em vista a ausência da presidente. Informou, contudo, que faria apenas uma explanação geral sobre o que vem ocorrendo e sobre a atuação dos conselheiros. Dando continuidade, ficou decidido que haveria uma reorganização das comissões, passando o conselheiro Lucas Djourkaef Ponte Silva e a conselheira Ana Aglapy Gomes de Araujo a integrar a referida comissão, permanecendo até que os novos representantes da STDE assumam e realizem a substituição formal. Também ficou definido que as visitas serão realizadas no dia 09 de dezembro, no turno da manhã. Em continuidade, a vice-presidente apresentou uma prévia da Agenda Anual de Atividades do Conselho para o próximo ano, destacando que o documento tem por finalidade organizar, antecipar e orientar as ações institucionais, garantindo maior eficiência e planejamento. Ressaltou que se trata de uma proposta inicial, totalmente aberta a contribuições, ajustes e inclusões por parte dos conselheiros, reforçando que a construção coletiva é essencial para que a agenda reflita as necessidades reais. Durante a construção da agenda, surgiu um questionamento sobre as ações referentes ao Imposto de Renda 2026. A vice-presidente esclareceu que esse tema já vem sendo trabalhado em parceria com a Secretaria de Finanças, com o objetivo de estruturar uma campanha interna e externa de conscientização e incentivo. Também foi abordada a possibilidade de incluir, nos carnês do IPTU, um cartão informativo para estímulo à doação, proposição que foi bem recebida pelos presentes. Informou ainda que, em dezembro, será realizada uma nova reunião de alinhamento sobre o tema. Retomando a discussão da agenda anual, a vice-presidente comunicou que, juntamente com a secretária executiva Maria Carla do Nascimento, irá elaborar um Plano de Ação, que posteriormente será encaminhado ao grupo de WhatsApp para apreciação e contribuições dos conselheiros. Nada mais a se tratar, eu, Maria Carla do Nascimento, secretária executiva deste conselho, lavrei a presente ata que depois de lida, analisada e aprovada por este conselho,

será assinada por quem é de direito. Ruthe Éllen da Silva Sousa Firmino - Vice- Presidente Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sobral -CMDCA - Maria Carla do Nascimento - Secretária executiva Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sobral - CMDCA.

### CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SOBRAL

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SOBRAL- CONSEA, OCORRIDA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2025.** Aos dezesseis dias do mês de dezembro de 2025, foi realizada a reunião extraordinária de forma presencial, às 14h00 no auditório da Secretaria de Direitos Humanos e da Assistência Social - SEDHAS. PAUTAS: Apreciação de Decreto para mudança na lei e apreciação da proposta do PAA- Leite. O presidente do conselho Kayo Henrique Menezes Martins abriu a plenária dando boas-vindas a todos (as), iniciando a reunião extraordinária, falou que a reunião estava bem robusta e que isso era uma coisa boa, agradeceu a participação da Secretaria da Agricultura, que estavam presentes como ouvinte. Logo após, passou para os informes. O primeiro informe foi apresentado pela Secretaria Municipal da Agricultura, ocasião em que o Sr. João Bosco Pereira da Silva Junior informou que, naquela data, seria assinada pelo prefeito a adesão do município ao Programa Alimenta Cidades +1.000, que integra a estratégia Alimenta Cidades, iniciativa do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). Esclareceu ainda que o programa foi lançado no dia cinco de dezembro de 2025 e que a adesão já havia sido realizada, restando apenas a assinatura do prefeito para a efetivação e lançamento na plataforma. Após sua fala houve questionamentos do que seria esse programa, pois os conselheiros desconheciam, e que isso deveria passar pelo Conselho. Foi explicado que não há proposta, apenas adesão. A conselheira Indira Gaide de Aguiar Cavalcante questionou quais seriam os requisitos para concorrer ao programa, sendo esclarecido que é necessário apenas realizar a adesão, bem como integrar o conselho. Na sequência, a conselheira indagou sobre o alcance do programa, sendo informado que ele contempla toda a cadeia alimentar, abrangendo ações como hortas urbanas, o Programa Ceará Sem Fome, entre outras iniciativas correlatas. Não havendo mais informes, foi sugerida a realização de uma rodada de apresentações, considerando que havia muitas pessoas novatas na reunião, tornando esse momento necessário para melhor integração dos participantes. Após as apresentações, o Sr. João Bosco informou que foi questionado sobre o motivo de não estar participando das reuniões. Em esclarecimento, ressaltou que há algum tempo não vinha recebendo os convites para participar e que, caso tenham sido enviados, não teve conhecimento. A conselheira Indira destacou que o conselho passará por alterações para possibilitar a composição da Secretaria Municipal da Agricultura. Ressaltou, entretanto, que essa questão foi amplamente debatida, especialmente em razão das ausências recorrentes da referida secretaria. Enfatizou ainda que, atualmente, o conselho conta com dez instituições e já enfrenta dificuldades para alcançar quórum, e que, com a ampliação para quinze instituições, esse desafio tende a se intensificar. Diante disso, considerou pertinente que a Secretaria Municipal da Agricultura participe, inicialmente, como ouvinte, a fim de manter o conselho informado sobre as pautas e ações da secretaria, ressaltando que essa possibilidade já vinha sendo discutida em reuniões anteriores. A vice-presidente Ruthe Éllen da Silva Sousa Firmino pediu a fala e ressaltou que, ficou acordado no mês de maio que a Secretaria da Agricultura passaria a participar das reuniões como ouvinte, e que o Sr. Joao Bosco participou de duas reuniões e depois não conseguiu mais participar das reuniões agendas. E os integrantes do conselho realmente sempre falavam dessa ausência. O Sr. João Bosco relatou que desconhece os acontecimentos ocorridos no início da gestão e os motivos pelo quais a Secretaria Municipal da Agricultura não fazia parte do conselho, apesar de já integrar anteriormente sua composição. Destacou, ainda, que a Secretaria da Pecuária passou a integrar o colegiado, enquanto a Agricultura não conseguiu fazê-lo. Ressaltou que grande parte das políticas de SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) é executada por meio da Secretaria Municipal da Agricultura. A referida situação suscitou um amplo debate acerca dos papéis do conselho e das secretarias envolvidas, ficando evidente a existência de falhas na comunicação entre as partes, uma vez que diversas informações não estão chegando de forma adequada aos conselheiros. Seguindo a pauta, a vice presidente falou que o PDF com o Decreto já estava no grupo de

whatsapp e que foram feitas todas as atualizações conforme foi pedido e que desejava ver se estava tudo certo ou não. Em seguida o conselheiro Francisco Valdecélio Ferreira leu o Decreto com as devidas revisões solicitadas em reunião anterior. Houve debate, e após conversação chegou-se à conclusão que o Decreto deveria passar por uma nova reformulação, e foi APROVADO com ressalvas, ou seja, a aprovação depende da nova revisão que será feita, e antes de ser publicado irá ser enviado aos conselheiros via Whatsapp e e-mail. Logo após, seguiu para a segunda pauta, que foi a apreciação do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA- modalidade leite. O conselheiro Ib Mendes Torres Lei o documento da proposta do PAA-leite, perpassando os nomes de todas as entidades que irão ser beneficiadas, após a leitura a vice-presidente ressaltou que a lista que foi lida e uma revalidação das entidades beneficiadas. A conselheira Indira questionou se, de um ano para o outro, as mesmas instituições permanecem no programa ou se há inclusão de novas participantes. O Sr. Antony, presente na plenária como convidado e representante da Secretaria da Pecuária, responsável pela apresentação do PAA-Leite, respondeu que, em algumas situações, há a substituição de instituições no programa. Indira acrescentou que uma instituição a procurou perguntando como poderia ingressar no PAA-Leite e indagou sobre a forma adequada de resposta. Antony orientou que poderia fornecer o contato da Secretaria da Pecuária, e que, ao entrar em contato, seriam solicitados alguns dados, sendo a instituição ou escola incluída em uma lista de espera. A conselheira Indira ressaltou que a resposta anterior não estava clara, pois a instituição não compreenderia que seria incluída apenas em uma lista de espera, questionando quais seriam os critérios para participação nessa lista. Em resposta, o Sr. Antony explicou que atualmente não há leite suficiente para atender uma nova instituição, enfatizando que, de nada adiantaria atender 100 pessoas com apenas 2 litros de leite, pois isso não teria efeito prático. A conselheira Indira ressaltou que, enquanto conselho, é necessário ter uma resposta clara sobre os critérios de inclusão das instituições. Em complemento, o Sr. Antony explicou que, quando uma instituição entra em contato, são solicitados e-mail, CNPJ e outros dados relevantes. O Sr. João Bosco sugeriu que a Secretaria da Pecuária poderia formalizar esses critérios por meio de uma portaria e divulgá-los publicamente, garantindo maior transparência e orientação para as instituições interessadas. Antony ressaltou que não parte do município, mas da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), ela manda a documentação. A mesma não pode ser alterada, porque pode ocorrer invalidação do documento. Indira falou que na SDA, até onde ela participou das reuniões enquanto conselho não há essa regra da instituição participar a vida toda do programa. mas que existia outras instituições para incluir e que as vezes uma instituição não tem capacidade de receber a quantidade de leite que o programa distribui, assim outras podem entrar e fazer o ajuste. Ib Mendes ressaltou que é possível solicitar um aumento na quantidade de leite diretamente junto à SDA. Kayo, por sua vez, destacou que, para fazer essa solicitação, é necessário comprovar a demanda, o que pode ser feito por meio da lista de cadastro de reserva das instituições. Ib Mendes acrescentou que, anualmente, é aberto um processo para possibilitar o aumento dessa cota de leite. Kayo ressaltou que, nos anos anteriores, as apresentações das propostas eram realizadas de forma estruturada, apresentando-se o que é o PAA, quais os critérios adotados e as instituições beneficiadas. Nesse contexto, a conselheira Indira destacou a importância de disponibilizar informações completas, pois muitos presentes não têm conhecimento prévio sobre o tema, sendo essencial para garantir clareza. Pontuou, ainda, que o documento atual não informa a quantidade de leite prevista para cada instituição. Após algumas divergências entre os conselheiros e antes da votação, Ruthe esclareceu que o Estado dispõe de uma documentação previamente estruturada, a qual corresponde ao material encaminhado pela Secretaria da Pecuária ao conselho. Informou ainda que o modelo de assinatura exigido nesse documento não segue o padrão habitual do conselho, sendo necessária a identificação com nome completo e CPF. Destacou que, enquanto conselho, seria ideal aprovar a listagem apresentada da forma como se encontra, mesmo com a ausência de informações mais detalhadas, a fim de evitar que o município perca a adesão. Ressaltou, por fim, que, nas próximas deliberações, a secretaria responsável deverá apresentar a documentação completa, contendo todas as informações necessárias, e não apenas um documento de caráter geral. Após conversação, a maioria votou a favor da APROVAÇÃO, ao todo foram 09 votos A FAVOR e 01 CONTRA. Verificada a necessidade, a vice-presidente solicitou a inclusão de uma pauta extra na ordem do dia. Na ocasião, propôs que o pleno realizasse uma votação para deliberar sobre a inclusão temporária de um representante da Secretaria Municipal da

Agricultura no grupo de WhatsApp, com o objetivo de aprimorar a comunicação, tornando-a mais direta e fluida. Em seguida, procedeu-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade. Para representar a referida secretaria, foi indicado o Secretário Executivo da Secretaria Municipal da Agricultura, João Bosco. Logo após, seguiu-se com a leitura da ata da reunião ordinária realizada no dia dois de dezembro de 2025, que foi feita pela vice-presidente. Após lida, foi perguntado se todos estavam de acordo, não havendo nenhuma alteração a ata foi aprovada e assinada. Encaminhamentos: Adicionar o representante da Secretaria de Agricultura no Whatsapp; Solicitar nova revisão do Decreto e enviar a nova versão para os conselheiros; Elaborar um modelo padrão de apresentação para a exposição e apreciação de propostas pelos conselheiros; Apresentação do PAA -leite pela Secretaria da Pecuária na reunião de janeiro de 2026. Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada. Para constar, eu, Maria Carla do Nascimento, Secretária Executiva do CONSEA lavrei a presente ata, que será lida e assinada pelos (as) conselheiros (as) presentes. Kayo Henrique Menezes Martins - PRESIDENTE DO CONSEA.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SOBRAL